

O TURISMO DE NEGÓCIOS NA CIDADE DE SÃO PAULO: POLÍTICAS PÚBLICAS E INVESTIMENTOS NO PERÍODO 2007/2014¹

Rosineide Maria de Lima

rosimlima@hotmail.com

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

Luis Paulo Bresciani

lpbresciani@uscs.edu.br

Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS

Renato Henrique da Luz

renato@uscs.edu.br

Universidade Municipal de São Caetano do Sul – USCS

Ricardo Ricci Uvinha

uvinha@usp.br

Universidade de São Paulo - USP

RESUMO

O presente artigo discute as políticas públicas que influenciaram o Turismo de Negócios na cidade de São Paulo, no período 2007/2014, a partir da revisão de literatura nos campos do turismo, das políticas públicas, da gestão sustentável do território e do marketing de lugares. Partiu-se do conceito de Políticas Públicas como um conjunto de ações de governo, direcionadas para atender às necessidades da sociedade. Assim, se destaca o Turismo de Negócios como toda viagem motivada por atividades para desenvolvimento profissional, realização de negócios ou a obtenção de conhecimento. O estudo tem um caráter exploratório, através de levantamento documental, e abordagem qualitativa a partir do levantamento de dados e de entrevistas com atores relevantes para o *trade* de turismo na cidade de São Paulo. Evidencia-se a necessidade de maior reconhecimento por parte da esfera pública da importância do Turismo de Negócios para a capital paulista, com a integração de perspectivas no campo da segurança, mobilidade, educação e desenvolvimento urbano. Nesse sentido, o estudo enfatiza que as Políticas Públicas devem ser implementadas com visão integrada e parcerias organizadas, visando ao desenvolvimento da cidade de São Paulo e de sua sociedade.

Palavras-chave: Turismo de Negócios; Política Pública; Cidade de São Paulo.

¹ RECEPÇÃO: 19/04/2016.

APROVAÇÃO: 03/08/2016.

PUBLICAÇÃO: 20/12/2016.

BUSINESS TOURISM IN THE CITY OF SÃO PAULO: PUBLIC POLICIES AND INVESTMENTS DURING THE YEARS 2007/2014

ABSTRACT

This article discusses the public policies that influenced the Business Tourism in the Brazilian city of São Paulo from 2007 to 2014, through a literature review in the following categories: tourism, public policies, sustainable-land management and place marketing. We started from the concept of Public Policies as a group of actions from the government. It is said that these actions exist to answer society's demands. Therefore, the concept of Business Tourism stands out in every trip driven by a career developing activity, by networking and business or by knowledge improving. The study has an exploratory character; it was made through a documental search and a qualitative approach, which led to collecting data and interviewing relevant stakeholders at the Tourism trade in São Paulo. We highlight the need for a greater recognition of the Business Tourism importance for the metropolis, which includes a perspective of integration in the fields of public security, mobility, education and urban development. As a result, this study emphasizes that Public Policies shall be established with an integrated view and organized partnership, enhancing not only the city's development but also its society.

Keywords: Business Tourism; Public Policy; City of São Paulo.

1 INTRODUÇÃO

Conceituar o turismo é compreender uma complexa rede de serviços que abrange os meios de hospedagens, agências de viagens, centro de informações turísticas, organizações de eventos, transportes, entretenimento e alimentação; envolve, portanto um conjunto de serviços de utilidade pública para o bom funcionamento dos equipamentos turísticos.

Neste sentido, Moesch (2002, p. 9) afirma que:

O turismo é uma combinação complexa de inter-relacionamentos entre produção e serviços, em cuja composição integra-se uma prática social com base cultural, com herança histórica, a um meio diverso, natural, relações sociais de hospitalidade, troca de informações interculturais.

Com esta relação complexa do turismo, a cidade de São Paulo se consolidou como uma metrópole de negócios. Foi apresentado em 2010 o Plano de Turismo Municipal com vigência de quatro anos (PLATUM 2011-2014), com novas propostas para o desenvolvimento da atividade turística, pressupondo seu crescente impacto econômico, social, cultural e político na cidade, para sua população e junto a seus visitantes (PLATUM, 2010).

A cidade configurou-se, portanto, como destino de Turismo de Negócios, atendendo a 48,3% dos estrangeiros que vieram ao país para fazer negócios em 2014 (BRASIL, 2015). Neste cenário de crescente formalização e valorização da atividade turística, o presente artigo tem como foco a temática que relaciona as Políticas Públicas aos investimentos no Turismo de Negócios na cidade de São Paulo, no período 2007/2014. A investigação visa, portanto, identificar e discutir as principais políticas públicas que influenciaram o desenvolvimento do Turismo de Negócios no referido período.

Assim, este artigo foi estruturado em cinco itens. No primeiro temos a presente introdução e contextualização do tema, seguido de uma discussão teórica e conceitual que aborda tópicos relativos ao Turismo, Turismo de Negócios, às Políticas Públicas, à Sustentabilidade e ao Desenvolvimento Territorial. O terceiro tópico apresenta procedimentos metodológicos do estudo realizado. O quarto traz a discussão dos resultados, que aborda de modo integrado o confronto da legislação com as entrevistas realizadas. O tópico final contempla as considerações finais dos autores a respeito do estudo realizado.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Turismo e Turismo de Negócios no contexto da cidade de São Paulo

O termo “turismo”, pelo conceito da Organização Mundial do Turismo (OMT), se refere:

[...] tanto ao deslocamento e às atividades realizadas pelas pessoas durante suas viagens e estadas, bem como as relações que surgem entre eles, em lugares distintos do seu ambiente natural, por um período consecutivo inferior a um ano e mínimo de 24 horas (pernoite no destino), principalmente com fins de lazer, negócios e outros (ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO, 2003).

Nas suas mais diversas tipologias definidas pelo Ministério do Turismo, conforme a segmentação adotada por este órgão, esta pesquisa trata especificamente do Turismo de Negócios, que apresenta características próprias a serem analisadas. Assim, toda viagem motivada por interesses ligados a uma atividade lucrativa, para desenvolvimento profissional, realização de contatos, negócios ou obtenção de conhecimentos, é caracterizada como turismo de negócios (BRITTO; FONTES, 2006).

Santos e Souza (2008) classificam a viagem de negócios como turística por entender que estes interferem no fluxo dos equipamentos turísticos e ao aporte financeiro que representam para o mercado turístico. O turista de negócios tem características diferenciadas, valorizando a localização dos equipamentos turísticos, o meio de hospedagem, o aeroporto, o espaço para eventos, a empresa, a locomoção no decorrer de sua estada que possa permitir menor tempo de deslocamento ao local desejado; a qualidade; agilidade nos serviços e respeito a sua privacidade são necessidades inerentes a este tipo de turista, conforme aponta Wanderley (2004).

O conhecimento dos tipos e os formatos de encontros praticados no âmbito do segmento de Turismo de Negócios pelos atores e para esfera pública se tornam essenciais, visto que possibilitam direcionar políticas públicas, assim como orientam os prestadores de serviços do Turismo de Negócios. A classificação dos encontros por tipos e formatos permite diagnosticar necessidades de infraestrutura e serviços necessários para sua realização; neste sentido, a cidade de São Paulo com suas condições já estabelecidas e destaque para as áreas de telecomunicações, biotecnologia, finanças, moda, entre outras, utiliza-se de eventos como instrumento prático para posterior realização de negócios (BRASIL, 2010a; BRASIL, 2010b).

Conforme o Ministério do Turismo, a partir do Estudo da Demanda Turística Internacional, aponta-se que em 2012 a cidade de São Paulo recebeu 48,3% dos estrangeiros que estiveram no Brasil a negócios, mantendo-se líder em tal segmento. No ano de 2014, de acordo com dados oriundos da São Paulo Turismo - SPTuris, mais de 70% dos que vieram para a cidade o fizeram para cumprir agenda corporativa (ANDREUCCI, 2015). Vale ressaltar que, neste panorama, percebe-se a importância e a considerável amplitude do Turismo de Negócios para a cidade de São Paulo. Ainda assim, faz-se necessário conhecer a representatividade das Políticas Públicas no âmbito nacional e regional que contribuem para o desenvolvimento do turismo.

2.2 Políticas Públicas e o desenvolvimento do Turismo.

O conceito de Política Pública está relacionado com as decisões do governo, idealmente em benefício da sociedade (DIAS; MATOS, 2012). O Estado tem a função de articulador no que diz respeito à política pública, ou seja, de defender os interesses sociais e econômicos da sociedade em geral. O turismo é entendido como um fenômeno socioeconômico, portanto, faz parte da articulação do Estado (SANTOS SILVA; COSTA; CARVALHO, 2013).

Logo, o turismo como setor propenso a contribuir com o desenvolvimento da localidade, adquiriu importância na esfera pública, vistas a criação do Ministério do Turismo em 2003. Desde então, ações foram direcionadas para o setor e, como afirma Vieira, tem adquirido importância na esfera pública e tem sido contemplado pelo conjunto de ações do governo:

Cabe ao Estado primar pelo planejamento e por todos os outros fatores essenciais ao desenvolvimento do turismo, em cooperação com a iniciativa privada para alcançar um bom desenvolvimento da atividade turística (VIEIRA, 2011, p. 20).

Como destaca Lemos (2013, p. 1408), enquanto órgão central do Sistema Nacional de Turismo, o Ministério do Turismo (MTur) coordena os programas de desenvolvimento do

turismo, através de um modelo de gestão compartilhada entre o governo federal, os governos estaduais e municipais, o setor privado e as organizações representativas da sociedade civil.

A Política de Turismo é o conjunto de diretrizes e fatores necessários para expressar quais os caminhos para atingir objetivos de natureza macroeconômica para o turismo do país; determinar as prioridades de ação executiva, supletiva ou assistencial do Estado; facilitar o planejamento das empresas do setor quanto aos empreendimentos e às atividades capazes de receber apoio estatal, devendo ser norteadas pela cultura, sociedade e economia (BENI, 2001).

A política pública de turismo pode ser definida como:

O conjunto de regulamentos, normas, orientações, diretivas, e objetivos de promoção dentro dos quais as decisões coletivas e individuais que afetam diretamente o desenvolvimento do turismo dentro de um destino são tomadas (GOELDNER; RITCHIE, 2006, p.294).

Nesse panorama, o Ministério do Turismo e o Conselho Nacional de Turismo foram incumbidos de elaborar o Plano Nacional de Turismo (PNT), que é um instrumento estratégico da Política Nacional, apresentando o envolvimento dos segmentos públicos e privados na sua elaboração. Os planos instituídos pelo Ministério após sua implantação são referentes aos períodos 2003/2007, 2007/2010 e 2013/2016. Estes planos são elaborados a partir de orientações do próprio mercado Turístico Brasileiro com a participação dos atores envolvidos com segmento. A gestão política participativa e descentralizada é uma característica inerente a estes documentos. Neste aspecto, os planos apoiam-se em diretrizes que são traçadas a partir do diagnóstico do setor e tem como objetivo orientar as ações do segmento, expresso em uma série de leis e documentos oficiais do Ministério do Turismo (BRASIL, 2003; BRASIL, 2006; BRASIL, 2007; BRASIL, 2008; BRASIL, 2010a; BRASIL, 2010b; BRASIL, 2011; BRASIL, 2013; BRASIL 2014a; BRASIL, 2014b; BRASIL 2015a; BRASIL 2015b; BRASIL 2015c).

Tais diretrizes, definidas no Plano Nacional do Turismo, são estruturadas por um conjunto articulado de programas que, alinhados aos Programas e ações do Plano Plurianual do Governo, estabelecem as condições para sua efetivação no âmbito do governo federal (KANITZ; TRIGUEIRO; DE ARAÚJO, 2010).

Por política urbana entende-se o conjunto de ações que devem ser promovidas pelo Poder Público, visando garantir que os cidadãos tenham acesso à moradia, saneamento ambiental, infraestrutura urbana, transporte, serviços públicos, trabalho e lazer, como define Teixeira (2014). A partir do conceito de política urbana e do Estatuto da Cidade, foi aprovado o atual Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo pela Câmara Municipal em julho de 2014, através da Lei 16050/2014. No documento, o turismo é destacado nas políticas públicas de desenvolvimento econômico e social, e seus principais objetivos compreendem a consolidação do município de São Paulo como principal pólo brasileiro de eventos, a sustentação dos fluxos turísticos e a maior permanência do turista na cidade, o desenvolvimento sistêmico das diversas modalidades de turismo, o estímulo ao desenvolvimento integrado do turismo entre os municípios da região metropolitana (SÃO PAULO, 2014).

3 PROCEDIMENTOS METODOLOGICOS

A pesquisa teve caráter exploratório, através de levantamento bibliográfico e documental, com abordagem qualitativa, a partir do levantamento de dados e de entrevistas com atores relevantes. Os documentos consultados estão relacionados com o período de 2003

a 2016, ou seja, os Planos Nacionais de Turismo dos períodos 2003-2007; 2007/2010 e 2013/2016 (BRASIL, 2003; BRASIL, 2007a; BRASIL, 2012). São também considerados os Planos Municipais de Turismo da cidade de São Paulo dos períodos 2003; 2004-2006; 2007-2010. Outros documentos foram consultados, como a Lei Geral do Turismo, (BRASIL, 2008) a norma pertinente ao tema da Sustentabilidade dos meios de hospedagem (ABNT, 2006), e o Plano Diretor Estratégico municipal (SÃO PAULO, 2014a). Da mesma forma, foi feito o levantamento documental sobre a cidade de São Paulo e os principais desdobramentos da política municipal de turismo (SÃO PAULO, 2008a; SÃO PAULO, 2008b; SÃO PAULO, 2011; SÃO PAULO, 2012; SÃO PAULO, 2013d; SÃO PAULO, 2014b; SÃO PAULO, 2014c; SÃO PAULO, 2015a; SÃO PAULO, 2015b; SÃO PAULO, 2015c; SÃO PAULO, 2015d).

Os sujeitos da pesquisa foram compostos pela esfera pública, associações de classes e pelo *São Paulo Convention & Visitors Bureau* (SPC&VB), todos atuantes no segmento de turismo de negócios na cidade de São de São Paulo. Como órgão público enfatizou-se a presença da Prefeitura de São Paulo, através da SPTuris. Na categoria dos órgãos privados temos ainda a Associação Brasileira da Indústria de Hotéis (ABIH), a Academia Brasileira de Eventos e Turismo (ABEVT), Associação Brasileira das Empresas Aéreas (ABEAR) e União Brasileira dos Promotores de Feiras (UBRAFE).

Por fazerem parte do cenário do turismo brasileiro, com atuação na cidade de São Paulo, estes atores, com histórico de liderança, possuem uma maior capacidade de influenciar nas decisões políticas. Neste sentido, Marques (1999, p.46) ressalta que:

[...] tem origem na sua capacidade de realizar ações baseadas em seus destacados recursos de poder, assim como na ocupação de determinadas posições na cadeia de produção das ações do Estado (dentro e fora dele), que lhes conferem maior ou menor capacidade de fazer com que o Estado elabore e execute políticas segundo seus interesses particulares. A análise de seus padrões de interação, presentes e herdados, formando uma rede de relações, explica inúmeras dimensões da política, tanto no que se refere a seu desenvolvimento e resultados (que pertencem ao mundo da prática política), quanto no que diz respeito ao "encontro" entre projetos e visões de mundo (que fazem parte do mundo das ideias).

No que diz respeito à coleta de dados secundários, as informações foram extraídas da legislação e documentação pertinente ao setor, na esfera Federal, Estadual e Municipal. Os relatórios das instituições que atuam no segmento complementaram o estudo bibliográfico e documental. Dados dos ministérios do Planejamento, do Trabalho e órgãos afins sustentaram também a pesquisa. Foi realizado, na primeira etapa, o levantamento das instituições que colaboraram com a pesquisa de campo. Seguindo o cronograma de trabalho, a coleta de dados primários foi realizada após o agendamento das entrevistas. No que diz respeito aos planos e aos documentos referidos, a forma de tratamento é a Análise de Conteúdo que foi utilizada a fim de obter indicadores que nortearam o instrumento de pesquisa. A análise de conteúdo dos PNTs, PPAS, legislação e dos demais documentos compreendem as etapas fundamentadas por Bardin (1977) e por Richardson e Peres (1989): Pré-análise, Exploração do material, e, por fim, o Tratamento dos dados e interpretação.

A entrevista *in loco* (presencialmente) foi o instrumento de pesquisa de campo definido para esta pesquisa, visando atender aos objetivos traçados neste estudo, com um roteiro semiestruturado. Três blocos de questões estruturantes, orientadas por doze questões complementares, foram elaborados a partir do levantamento das políticas de turismo em

âmbito federal, estadual e municipal, dos dados estatísticos e dos autores relevantes ao tema das políticas públicas de turismo.

As entrevistas foram realizadas entre os meses de Setembro e Novembro de 2015, e cada uma delas durou de 40 a 100 minutos, tendo sido todas gravadas em áudio (com exceção da SPTuris), e posteriormente transcritas na íntegra. A análise de conteúdo foi realizada após as transcrições, visando destacar os trechos pertinentes às questões e atender aos objetivos propostos pela pesquisa.

4 RESULTADOS

Os principais resultados da pesquisa são descritos neste capítulo, de caráter conclusivo, apresentando o confronto da legislação e projetos no período estudado com as entrevistas concedidas pelos atores do Turismo de Negócios da cidade de São Paulo.

Considerando a legislação federal no período estudado, que diz respeito à consolidação do Ministério do Turismo como pasta independente na esfera pública, as leis apresentadas refletem exatamente o momento vivido por este segmento, ou seja, o momento de organizar, solidificar e direcionar as políticas para o setor. A lei 11.771/2008 trata das atribuições do Governo Federal no planejamento, desenvolvimento e estímulo ao setor turístico e o Decreto 7.381/2010 regulamenta a mencionada lei, com a inclusão do cadastramento, classificação e fiscalização dos prestadores de serviços turísticos no país (BRASIL, 2008; BRASIL, 2010c).

Por outro lado, o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), criado em 2007, é um programa federal com objetivo de promover a execução de obras de infraestrutura social, urbana, logística e energética do país, e assim, o turismo da cidade foi contemplado com verba federal visando o fomento do turismo na capital paulista. A verba foi destinada para a adequação e implantação de infraestrutura do Autódromo José Carlos Pace, construção da Fábrica do Samba e para a reforma e do complexo do Parque Anhembi. O eixo de Mobilidade Urbana foi contemplado com investimentos deste programa no Plano de Aceleração do Crescimento, no chamado PAC Mobilidade (BRASIL, 2015d).

Diante do apresentado, cabe aqui relatar que, de acordo com a percepção do *trade* de turismo da cidade de São Paulo, as políticas e os investimentos federais para o desenvolvimento de turismo de negócios são ainda assim insuficientes e incipientes.

No que tange à esfera estadual, a legislação no período de 2008 a 2013 tem como constância a promoção e a divulgação do turismo. As questões ambientais, o turismo sustentável, os investimentos nos aeroportos do Estado, são temas recorrentes nesta legislação. Os atores ressaltam os programas de promoção e divulgação do estado e do município, mas enfatizam que a verba ainda é restrita. Diante das demais questões que a legislação prevê, no *trade* se coloca certa apatia, ao não reconhecer uma série de programas ou incentivos existentes.

No contexto geral da Lei estadual nº 11.971/2005, que trata da implantação do Expresso Aeroporto e do trem de Guarulhos, de acordo todos os entrevistados, tais investimentos refletem uma necessidade central para o desenvolvimento do turismo de negócios na cidade (SÃO PAULO, 2005a).

A UBRAFE, SPC&VB e a ABEAR reconhecem a importância que foi dada pelo governo do Estado ao ceder a concessão do espaço público para fins que visam o benefício do turismo na capital. Esta importância é representada na lei estadual nº 13.124/2008 (SÃO

PAULO, 2008a), que trata da reforma, modernização e construção de equipamentos esportivos, lazer e turismo e da chamada lei das PPPs, a Lei federal nº 11.079/2004 (BRASIL, 2004). Nestes termos, trata-se especialmente do posterior investimento na conversão do São Paulo Expo, antigo Espaço de Eventos Imigrantes. Ainda assim, o gestor da UBRAFE enfatiza que o benefício só foi possível com a parceria da iniciativa privada, pois o investimento para a ampliação e reforma do espaço cabe a esta esfera. Os demais atores entrevistados não descrevem ações e ou políticas da esfera estadual.

A legislação municipal visa o fomento do turismo na cidade de São Paulo, mediante leis relacionadas especialmente com a padronização e sinalização turística (Lei nº 14.049/2005), capacitação de jovens e adultos (Lei nº 14.968/2009), assim como o incentivo para o trade de turismo se estabelecer em regiões que não fazem parte do circuito turístico de negócios da cidade, e mais especificamente na Zona Leste (Lei nº 15.931/2013) e, os incentivos aos grandes eventos esportivos, como a Copa do Mundo de futebol e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, através da Lei nº 14.863/2008 (SÃO PAULO, 2005b; SÃO PAULO, 2008b; SÃO PAULO, 2009a e SÃO PAULO, 2013c).

A lei municipal 14.863/2008 (SÃO PAULO, 2008b) contempla especificamente a isenção do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN à prestação de serviços relacionados à Copa do Mundo de Futebol de 2014, tendo sido previsto seu alcance também para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. No aspecto desta lei, a UBRAFE e ABEVT não reconhecem que este benefício tenha favorecido o Turismo de Negócios na cidade de São Paulo, enquanto os demais atores relatam que toda política destinada ao turismo independentemente do segmento (esporte, artístico, gastronômico e outros), beneficia sim o Turismo de Negócios.

As políticas e programas em vigor no período estudado dizem respeito à promoção da cidade como destino do Turismo de Negócios, apoio à captação de Eventos e Congressos nacionais e internacionais e apoio institucional através de sua Política de Apoio a Eventos.

A importância dada aos programas e políticas direcionadas ao segmento de eventos é exemplificada em Horne (2007), que destaca a possibilidade a possibilidade de promoção, investimentos e incremento do número de turistas oriundos de outros países. Em perspectiva semelhante, Silvestre (2009) destaca que a visibilidade das cidades pode ser potencializada com os megaeventos, possibilitando assim, oportunidades publicidade, enfatiza que os megaeventos potencializam a visibilidade das cidades, contribuem para aumentar sua atratividade e os investimentos e, com isso, assegura seu papel e influência no mundo globalizado.

Os atores, em especial o SPC&VB, a ABIH e ABEAR aprovam a importância dada aos programas e políticas relacionadas ao segmento de eventos e a promoção do turismo da cidade. Salienta-se, conforme os atores, que estas políticas são importantes, mas não cumprem todo o papel no desenvolvimento do Turismo de Negócios na cidade de São Paulo.

Perante outras políticas específicas da cidade, o plano diretor e os planos estratégicos regionais denotam a necessidade de “olhar” para a cidade por regiões, respeitando assim a dimensão geográfica e as diferentes características regionais. Assim, o Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo (PDE), previsto no Anexo II da Lei 13.885/ 2004, estabelece entre seus principais objetivos o desenvolvimento regional e a atração de investimentos, fortalecendo as regiões como vetores para o desenvolvimento da metrópole (SÃO PAULO, 2004a).

Neste contexto, os documentos pertinentes à cidade são vistos pelos entrevistados de forma diferenciada. Na fala do presidente da UBRAFE, não existe interferência e nada que pode beneficiar o turismo na cidade. No entanto, os gestores ABIH, do SPC&VB e da ABEAR entendem estes documentos como parte do processo de melhora da cidade e que isto irá refletir no turismo.

Na reflexão do gestor do SPC&VB, a cidade se destaca como um “sistema maior – a cidade é forte e pujante por natureza, crescendo de forma organizada ou não organizada, entretanto, precisa de um maestro”, que exerceria o papel de coordenação das políticas públicas. No que diz ao plano estratégico regional, a ênfase dada pelos atores é para o direcionamento rumo à zona leste de São Paulo. Os atores do segmento privado se expressam de forma semelhante neste item, tecendo comentários desfavoráveis aos incentivos municipais destinados ao desenvolvimento desta região.

O gestor do SPC&VB defende que o importante é respeitar as características da cidade, tratá-la em macrorregiões, com esforços para facilitar a vida do turista dentro do que considera as zonas primárias, onde já se encontram os equipamentos para o Turismo de Negócios. Tais zonas primárias são entendidas pelo referido ator como parte da região sul, região oeste e o entorno da região central. Ressalta ainda que os investimentos deveriam ocorrer em equipamentos públicos que levassem conforto, rapidez e segurança para os turistas. Da mesma forma, os gestores da ABIH e da UBRAFE não apóiam essa iniciativa da Prefeitura, e acrescentam que esta política é positiva para região e seus moradores, mas não para o Turismo de Negócios.

Outro documento que apoiou a pesquisa realizada se refere ao Plano de Turismo Municipal, já mencionado anteriormente. Este documento sintetizou a necessidade para o desenvolvimento sustentável pelos gestores entrevistados. O último Plano de Turismo Municipal analisado, referente ao período 2011-2014 (PLATUM, 2010), aborda nos seus objetivos e eixos temáticos, o pensamento global dos profissionais do segmento projetando uma visão da cidade para o ano de 2020, com a conclusão de que São Paulo precisaria criar um novo espaço para megaeventos, como um novo pavilhão e uma arena multiuso para shows, feiras, eventos culturais e de negócios; segurança e conscientização turística; pesquisas, estudos e indicadores; capacitação e treinamento de profissionais; marketing e posicionamento do destino turístico; promoção e divulgação de produtos e serviços turísticos. Incluindo-se aqui, como necessidade apresentada pelos atores, a diversificação dos modais de transporte dentro da cidade e a interligação entre aeroportos, trens e metrô, com destino aos principais espaços de eventos.

As temáticas sustentáveis, relacionadas aos temas do meio ambiente, da produção de resíduos, e da redução do uso dos recursos naturais, como apontam Pereira (2002), Sachs (2008) e Carvalho (2009), são vistas a partir da legislação em suas esferas federal, estadual e municipal, e nos planos apresentados (Plano Diretor, Plano Plurianual, planos regionais, Plano Nacional do Turismo, Plano Municipal de Turismo) como uma constante. No entanto, segundo os entrevistados, os programas e ou projetos são implementados a partir da iniciativa privada.

A hotelaria paulista, assim como o setor de feiras, desenvolve programas específicos que vão desde reutilizar, reciclar, reduzir o uso de recursos naturais e ações específicas com cooperativas. Programas que envolvem funcionários e hóspedes também são desenvolvidos nos empreendimentos hoteleiros. No que diz respeito ao envolvimento da comunidade, o

gestor da ABIH destaca que as ações são pontuais, em vista da metrópole em que os estabelecimentos estão inseridos.

O gestor da ABIH descreve que no Projeto PróCopa, do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), foram concedidas taxas de juros menores para os empresários com o objetivo de programar recursos ou para compra de equipamento visando à redução dos recursos naturais consumidos. Relata ainda programas específicos nos hotéis *Hayatt*, *Meliá* e rede *Accor* de hotéis. A rede *Accor*, por exemplo, desenvolveu ações que contemplam dois programas das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), denominados “*Plant for the Planet*”, campanha em prol do plantio de um milhão de árvores, e o “*Earth Guest Research*”, que trata do envolvimento do hospede com as questões sustentáveis. No que tange às certificações, reguladas pela Lei Nº 11.637/2007 que trata do Selo de Qualidade Nacional, e pela Norma Técnica 15401 relativa ao Sistema da Gestão da Sustentabilidade nos meios de hospedagem (BRASIL, 2007b; ABNT, 2006), sugeridas pelo Ministério do Turismo, o gestor afirma que os hoteleiros não são favoráveis e, portanto, não aderem a tais certificações.

Importante lembrar que o conceito de desenvolvimento no turismo que orienta esta pesquisa vem centralmente associado aos impactos gerados pela atividade (TRENTIN, 2012). Nesse sentido, a geração de empregos, programas de qualificação, participação e envolvimento da comunidade local, questões ambientais e programas que contemplem os pilares da sustentabilidade descritos por Sachs (2008), estão entre os aspectos que configuram o conceito desejado e analisado.

No que diz respeito à articulação institucional, os atores entrevistados consideram que a parceria com a SPTuris é de grande valia para a consolidação do turismo na capital, mas a definem ainda como embrionária. O gestor do SPC&VB ressalta que a parceria com a SPTuris se apresenta relacionada com a promoção da cidade. Salienta que as parcerias entre a esfera pública e privada refletem ações integradas, como por exemplo, a campanha “fique mais um dia em São Paulo”. Os atores compartilham ainda que a necessidade de parcerias seja, principalmente, com os demais agentes públicos que dão aporte para a organização da cidade.

No que diz respeito ao conceito das Parcerias Público-Privadas (PPP), tem destaque pelos atores a participação do Governo Estadual na concessão do espaço para ampliação e modernização do pavilhão denominado São Paulo Expo. Desta forma, as parcerias público-privadas possibilitariam o diálogo favorecendo a percepção da complexidade que caracteriza o desenvolvimento da atividade turística (TOMIO DREHER; BADEL, 2009).

Beni (2004) identifica a ausência de parcerias bem estruturadas e engajadas em prol do desenvolvimento sustentável do turismo no Brasil como um dos entraves que devem fazer parte de qualquer pauta que visa à ascensão do segmento. Assim, o autor sintetiza o confronto das esferas (públicas e privadas) no que diz respeito às parcerias, demonstrando a falta de ações conjuntas eficazes e bem estruturadas para o segmento.

Conforme os atores pesquisados, os investimentos privados do segmento de turismo se pautam nas regiões já estabelecidas pelo Turismo de Negócios, não entendendo assim que estas regiões estão saturadas com a infraestrutura turística existente. Desta forma, as regiões em torno da Avenida Paulista, dos Jardins, das marginais do Rio Pinheiros e parte da Zona Norte deverão contar com a maior parcela de futuros investimentos privados. Para o ano de

2016, estão previstos novos investimentos na região sul da cidade, em vista da prevista do espaço de eventos do pavilhão São Paulo Expo, na Zona Sul da cidade.

Com base no relato dos entrevistados, é possível inferir que a proposta de se redirecionar a dinâmica da cidade, apontada pelo Plano Diretor, não é apoiada pelo *trade* turístico. A Zona Leste, que é o centro da discussão entre esses atores, é vista como uma região não apropriada para investimentos. Na visão do segmento privado, os investimentos devem ser polarizados no máximo no primeiro anel da região leste, ou seja, o cinturão mais próximo do centro da cidade. Tais afirmações corroboram o postulado de Rolnik (2000), de que o vetor sudoeste da cidade de São Paulo, por oposição ante a Zona Leste, passou a simbolizar o *skyline* da “cidade global” em contraponto à “cidade operária”.

Os resultados socioeconômicos do segmento são vistos pelos gestores de forma análoga. Indiretamente, o turismo beneficia 52 setores que envolvem a sociedade, e, portanto, questões como, geração de emprego e renda, educação, volume de negócios são afetados pela chamada indústria do turismo. A cidade recebeu, no ano de 2005, um volume de 7 milhões de visitantes, enquanto em 2014 recebeu 15 milhões de visitantes, de acordo com os dados recebidos na entrevista com o gestor da SPC&VB, crescendo exponencialmente e demonstrando a capacidade que se tem para transformar uma localidade.

A arrecadação do ISS do Turismo teve o valor de R\$ 270,8 milhões em 2014, equivalente a 2,5% dos R\$ 10,8 bilhões gerados em tributos por todas as atividades econômicas na cidade de São Paulo. Com relação a 2013, o crescimento foi de 7,3%. A quantidade de postos de trabalho gerados pelo turismo na cidade de São Paulo cresceu quase 40% de 2006 a 2012; tendo ido de 70.819 em 2006 para 99.090 em 2012. Em relação aos postos de trabalho gerados indiretamente, esse número pode chegar a quase 450 mil (SÃO PAULO, 2015a).

Desta forma, os esforços desta pesquisa foram direcionados para identificar e discutir as principais políticas públicas que influenciaram o desenvolvimento do segmento do Turismo de Negócios no período de 2007 a 2014. Para tanto, foram investigadas a relação entre os documentos oficiais (leis, projetos, documentos e planos inerentes ao segmento) e se confrontou tais dados com pesquisa em seis associações que representam o segmento na cidade a respeito do tema proposto. Observou-se com a pesquisa, em geral, que a legislação contempla o desenvolvimento do turismo na cidade. Por outro lado, são ações consideradas incipientes e com investimentos e incentivos insuficientes, na percepção dos atores privados.

Os processos de estudo dos atores e dos documentos permitiram a reflexão de que o entendimento das políticas a partir da esfera federal seria o caminho para discutir as políticas estaduais e municipais, alinhando-as com a realidade da cidade de São Paulo. Seria assim “estudar” o turismo na cidade de São Paulo, “olhando” para a diversidade que a cidade oferece e para o dinamismo proporcionado por ela.

Como uma ação multifacetada, o turismo se reflete em outros setores, tanto em termos de planejamento, como em seus resultados. Assim, a mobilidade urbana parece ser um “gargalo” para os residentes, para os turistas, para todos que estão envolvidos de alguma forma com as atividades que necessitam de deslocamentos de pessoas e de equipamentos. Ressalta-se ainda que áreas como mobilidade urbana, educação, segurança e saúde são inerentes ao desempenho turístico de São Paulo.

Com base neste estudo, pôde se perceber que, mesmo com importantes esforços das esferas públicas, não existe o reconhecimento por parte da esfera privada de tais esforços. A

implementação das políticas estaduais e federais é vista como embrionária pelos agentes de turismo, mesmo reconhecendo a importância de uma gestão descentralizada do turismo e de políticas integradas.

Muitos são os desafios encontrados para o desenvolvimento do Turismo de Negócios na cidade de São Paulo, considerando que o órgão responsável pela política do município se absteve em colaborar de forma mais incisiva com esta pesquisa. No entanto, pensar em política que seja eficiente para o turismo significa pensar de forma estratégica, elaborando planos de curto, médio e longo prazo.

A partir do exposto, compreende-se que os objetivos traçados foram alcançados, apesar das limitações no acesso a um conjunto mais amplo de atores. Conclui-se o estudo afirmando que a construção de políticas públicas de turismo, numa cidade com o porte e a relevância de São Paulo, não é tarefa de apenas uma esfera do poder público ou que possa ser de responsabilidade exclusiva do setor privado, demandando também o envolvimento e a participação de toda a sociedade.

Enfim, os dados orientam para a constatação de que as políticas públicas devem ser implementadas com parcerias organizadas, visando o desenvolvimento do setor e da sociedade como um todo. Políticas públicas de turismo bem sucedidas devem inclusive ser vinculadas a diferentes aspectos de responsabilidade das diferentes esferas de governo, como saúde, educação, segurança, inclusão social e outros propulsores estratégicos de satisfação da sociedade (CARVALHO, 2009).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de estudo dos atores entrevistados e dos documentos analisados permitiu a reflexão de que o entendimento das políticas públicas, a partir da esfera federal, seria o caminho para discutir as políticas estaduais e municipais, possibilitando estudar o turismo na cidade de São Paulo, identificando a diversidade que a cidade oferece e para o seu dinamismo. Assim, fundamentado nos autores, nos documentos e na pesquisa de campo, conclui-se sobre a necessidade de aprofundamento do entendimento da política e dos Planos Nacional e Municipal de Turismo, ampliando a capacidade técnica e promovendo a troca de experiências entre o *trade* e as esferas governamentais.

A pesquisa possibilitou a oportunidade de ouvir dos integrantes do *trade* do turismo da cidade de São Paulo as suas percepções diferenciadas em relação à atuação da esfera pública, sobre o entendimento do segmento de turismo, de como se definem as políticas públicas, da importância da atuação em conjunto da esfera pública e da esfera privada.

A pesquisa também permitiu aprofundar o entendimento da política pública e dos planos de turismo. Disto, apreende-se que ampliar a capacidade técnica e promover o diálogo entre o *trade* turístico e as esferas governamentais são aspectos que podem simbolizar uma diretriz para resultados sustentáveis para o setor e para o território.

Do mesmo modo, o Plano Diretor e os planos estratégicos regionais denotam a necessidade de “olhar” para a cidade através de suas regiões, respeitando sua diversidade. Por seu turno, a implementação das políticas estadual e federal é vista como embrionária pelos agentes de turismo, mesmo reconhecendo-se a importância de uma gestão descentralizada do turismo e das políticas integradas.

Em suma, a pesquisa converge para o fato de que priorizar o turismo como um componente importante no desenvolvimento econômico e social da cidade significa pensar no

planejamento desta atividade, traçando metas, diretrizes e objetivos consistentes com a realidade local. A construção de políticas públicas de turismo numa cidade com o porte e a relevância de São Paulo não é tarefa de apenas uma esfera do poder público ou de responsabilidade exclusiva do setor privado, demandando sim o envolvimento e a participação de toda a sociedade.

REFERÊNCIAS

- ABNT - ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 15401: Meios de hospedagem; Sistema de gestão da sustentabilidade; Requisitos**. Brasília: ABNT, 2006.
- ANDREUCCI, Raul. **A produção da cidade sede: Como transformar uma cidade em mercadoria: Megatendências - Uma síntese das implicações**, 2015. Disponível em: <http://www.pwc.com.br/pt_BR/br/publicacoes/institucionais/megatendenc.jhtml>. Acesso em: 10 maio 2015.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do Turismo**. 10ª ed. São Paulo: São Paulo: SENAC, 2004.
- BENI, Mário Carlos. A política do Turismo. In: TRIGO, Luiz Gonzaga Godoi (Org.). **Turismo: como aprender, como ensinar**. São Paulo: SENAC São Paulo, 2001, vol.1, p.177-202.
- BRASIL. **Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/111079.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 11.637, de 28 de dezembro de 2007-b**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Lei/L11637.htm>. Acesso em: 12 jun. 2015.
- BRASIL. **Lei nº 11.771, de 17 de setembro de 2008**. Diário Oficial da União, Brasília, 18 set. 2008. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11771.htm>. Acesso em: 23 jun. 2014.
- BRASIL. **Decreto nº 7.381, de 2 de dezembro de 2010 (c)**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Decreto/D7381.htm>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. **Sobre o PAC. Brasília**, 2015d. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/assuntos/investimento-e-pac/sobre-o-pac>>. Acesso em 12 jun. 2015.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Anuário Estatístico de Turismo 2015a**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/images/pdf/anuario_estatistico_de_turismo_2015_ano_base_2014_pdf.pdf>. Acesso em: 20 de jul.2015.
- BRASIL. Ministério do Turismo. Documento **Referencial sobre o Turismo no Brasil - 2006**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Documento Referencial sobre o Turismo no Brasil 2011-2014**. Brasília, 2011. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/outros_estudos/dow>

nloads_outrosetudos/Turismo_no_Brasil_2011_-_2014_sem_margem_corte.pdf>. Acesso em: 11 abr. 2015.

BRASIL. Ministério de Turismo. **Economia do turismo cresce no Brasil**. Brasília, 2014a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/turismo/noticias/todas_noticias/20140417-1.html>. Acesso em: 02 mar.2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Estudo da Demanda Turística Internacional**. São Paulo, 2014b. Disponível em: <<http://www.administradores.com.br/noticias/negocios/sao-paulo-continua-lider-em-turismo-de-negocios-no-brasil/93671/>>. Acesso em: 20 abr. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Índice de Competitividade do Turismo Nacional - Relatório Brasil 2015b**. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Relatorio_Brasil_2015_WEB.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Legislação 2015c**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/legislacao-portarias.html>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Marcos Conceituais**. Brasília: Ministério do Turismo, 2010. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Marcos_Conceituais.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Perfil da demanda turística internacional - Síntese 2007-2013**. Brasília, 2014c. Disponível em: <http://www.dadosefatos.turismo.gov.br/export/sites/default/dadosefatos/demanda_turistica/internacional/download_internacional/Demanda_Turistica_Internacional_Fichas_Sinteses_2007_2013.pdf>. Acesso em: 03 mar.2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2003/2007**. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2003_2007.pdf>. Acesso em: 21 ab.2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional do Turismo 2007/2010**. Brasília, 2007a. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/plano_nacional_turismo_2007_2010.pdf>>. Acesso em: 21 abr. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Plano Nacional de Turismo 2013/2016**. Brasília, 2012. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/plano_nacional/downloads_plano_nacional/PNT_11_09_2012.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Segmentação do Turismo e o Mercado**. Brasília, 2010b. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Segmentaxo_do_Mercado_Versxo_Final_IMPRESSxO_.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo de Negócios e Eventos: orientações básicas**. Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. 2. Ed. Brasília: Ministério do Turismo, 2010a. 62 p.

BRITO, Fausto. SOUZA, Renata Guimarães Vieira de. **Migração e mobilidade na expansão da região metropolitana de Belo Horizonte: o caso de Nova Lima**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2005.

BRITTO, Janaina; FONTES, Nena. **Estratégias para Eventos: Uma Ótica do Marketing e do Turismo**. São Paulo: Aleph, 2006.

CANOVAS, Maria Irene Francisco. **Turismo de negócios: motivação e atitudes**. Salvador: EdUneb, 2008.

CARVALHO, Caio Luiz de. **Políticas Públicas no Turismo Brasileiro: a cidade de São Paulo e sua identidade turística**. São Paulo, Universidade de São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/27/27148/tde-23112009-12175.php>>. Acesso em 10 set.2015.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**. São Paulo: Atlas, 2012.

GOELDNER, Charles; RITCHIE, Brent. **Tourism: principles, practices, philosophies**. 10th ed. Nova Jersey: John Wiley & Sons, Inc, 2006.

HORNE, John. **The Four 'Knowns' of Sports Mega-Events**. Leisure Studies, 26:1, 81-96, Fevereiro de 2007).

KANITZ, Heidi Gracielle; TRIGUEIRO, Renata Paula Costa; DE ARAÚJO, Maria Arlete Duarte. Perspectivas do Plano Nacional de Turismo 2007/2010: avanços ou utopias? **Revista Turismo em Análise**, v. 21, n. 3, p. 644-667, 2010.

LEMONS, Clara Carvalho. Planejamento do turismo em âmbito federal: uma análise dos instrumentos utilizados e dos investimentos no setor. **Revista de Administração Pública**, v. 47, n.6, p. 1401-27, nov./dez. 2013.

MOESCH, Marutschka Martini. A produção do saber turístico. São Paulo: Contexto, 2002.

MARQUES, Eduardo Cesar. Social networks and institutions in the construction of the state and its permeability. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 14, n. 41, p. 45-67, 1999.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. **Tourism Highlights: 2006** edition. Madrid: UNWTO, 2003.

PEREIRA, Raquel da Silva. **Desenvolvimento sustentável como responsabilidade social das empresas: um enfoque ambiental**. São Paulo: Lorosae, 2002. 142 p.

PLATUM 2011-2014. **Plano de Turismo Municipal**. Cidade de São Paulo. São Paulo: São Paulo Turismo, 2010.

RICHARDSON, Roberto Jarry; PERES, José Augusto de Souza. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

ROLNIK, Raquel. **Reestruturação urbana da metrópole paulistana: análise de territórios em transição**. São Paulo: Instituto Polis, 2000.

SACHS, Ignacy. **Desenvolvimento: Incluyente, Sustentável, Sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.

SANTOS, Saulo Ribeiro; SOUZA, Adriana Nicolly. **Turismo de Negócios: Um estudo dos empreendimentos hoteleiros**. São Luís: 2008. Disponível em:<<http://www.etur.com.br/>>. Acesso em: 9 out. 2008.

SANTOS SILVA, Fabiana dos; COSTA, Sarany Rodrigues da; CARVALHO, Conceição de Maria Belfort de. **POLÍTICAS PÚBLICAS DE TURISMO NO BRASIL: estratégias para administração da atividade no país**. 2013. Disponível em: <<http://www.professores.aedb.br/seget/artigos13/36218351.pdf>>. Acesso em: 17 dez.2015.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Lei Nº 11.971, de 3 de agosto de 2005 (a). Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2005/lei-11971-03.08.2005.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

SÃO PAULO. Assembleia Legislativa. Lei Nº 13.124, de 7 de julho de 2008 (a). Disponível em: <<http://www.al.sp.gov.br/repositorio/legislacao/lei/2008/lei-13124-08.07.2008.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

SÃO PAULO. Governo do Estado. Secretaria de Turismo do Estado de São Paulo, 2013 (b). Disponível em: <<http://www.turismo.sp.gov.br/institucional/quem-somos.html>>. Acesso em: 17 mar. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Estádio da abertura da Copa 2014 como dinamizador do desenvolvimento da Zona Leste e da Cidade de São Paulo. Relatório Final 2011 (a). Disponível em: <<http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/trabalho/arquivos/itaquera.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Lei nº 13.885, de 25 de agosto de 2004 (a). Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=06102004L%20138850000>. Acesso em 16 jun. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Lei nº 14.049, de 5 de Setembro de 2005 (b). Disponível em: <<https://leismunicipais.com.br/a/sp/s/sao-paulo/lei-ordinaria/2005/1405/14049/lei-ordinaria-n-14049-2005-dispoe-sobre-a-normatizacao-e-padronizacao-da-sinalizacao-turistica-a-ser-implantada-no-ambito-do-municipio-de-sao-paulo-e-da-outras-providencias>>>. Acesso em 16 jun. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Lei nº 14.863, de 23 de Dezembro de 2008 (b). Disponível em: <<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/financas/legislacao/Lei-14863-2008.pdf>>. Acesso em 16 dez. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Lei nº 14.968, de 30 de Julho de 2009 (a). Disponível em: <http://www3.prefeitura.sp.gov.br/cadlem/secretarias/negocios_juridicos/cadlem/integra.asp?alt=31072009L%20149680000>. Acesso em: 16 dez. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Lei nº 15.931, de 20 de dezembro de 2013 (c). Disponível em: <<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/financas/legislacao/Lei-15931-2013.pdf>>. Acesso em: 12 Jan. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Lei nº 16.050, de 31 de Julho de 2014 (a). Disponível em: <http://gestaourbana.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/PDE-Suplemento-DOC/PDE_SUPLEMENTO-DOC.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. São Paulo Turismo. Anuário Estatístico Turismo 2015 (a). Disponível em: <http://www.observatoriodoturismo.com.br/pdf/ANUARIO_2015_BASE_2014.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2015.

SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Departamento Histórico- Região Metropolitana de São Paulo: Gestão em Debate. São Paulo, 2013 (d). Disponível em: <<http://ww2.prefeitura.sp.gov.br/arquivos/secretarias/governo/publicacoes/RMCADERNO3.pdf>>. Acesso em: 07 maio 2015.

- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **São Paulo em números, 2015(b)**. Disponível em: <<http://www.visitesaopaulo.com/dados-da-cidade.asp>>. Acesso em: 16 maio 2015.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **Novo secretário de Turismo deve estreitar parcerias e atrair investimentos da iniciativa privada**. São Paulo, 2015(c). Disponível em: <<http://www.capital.sp.gov.br/portal/noticia/6076#ad-image-0>>. Acesso em: 20 nov.2015.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. Relatório para subsidiar a Comissão de política urbana – Relatoria do Plano Diretor. Produto 4. Compilação dos estudos elaborados sobre temas do Plano. São Paulo: **CEM/CEBRAP** 2014(b). Disponível em: <http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/upload/aaa/706-SD_2014_%20Hoyler_Samuel_%20158-552-1-PB.pdf>. Acesso em: 11 maio 2015.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. **São Paulo Turismo. Estrutura Político-Institucional**. São Paulo, 2015(d). Disponível em:<<http://www.spturis.com/turismocentro/pagina.php?id=estrutura-politico-institucional-1&ln=br>>. Acesso: 10 jan. 2015.
- SÃO PAULO. Prefeitura Municipal. São Paulo Turismo. **Zona Norte 2014(c)**. Disponível em:<<http://www.cidadedesaopaulo.com/sp/br/o-que-visitar/atrativos/pontos-turisticos-por-regiao/zona-norte-e-zona-leste>>. Acesso: 10 jan. 2015.
- SÃO PAULO. Prefeitura de São Paulo. **São Paulo Turismo**. São Paulo, 2008 (b). Disponível em: <<http://www.spturis.com/v7/index.php?>>. Acesso: 12 out. 2015.
- SILVESTRE, Gabriel. The Social Impacts of Mega-Events: Towards a Framework. **Esporte e Sociedade**, ano 4, n.10, Nov.2008/Fev.2009
- TEIXEIRA, Humberto Gustavo Drummond da Silva. A efetividade dos direitos sociais em face da aplicação da teoria da reserva do possível. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVII, n. 121, fev. 2014. Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=14274>. Acesso em: 03 jul. 2015.
- TOMIO DREHER, Marialva; BADEL, Keuly Dariana. Desarrollo regional del turismo y sustentabilidad del território: La SDR de Blumenau-Brasil y las acciones intersectoriales en el turismo de naturaleza. **Estudios y perspectivas en turismo**, v. 18, n. 6, p. 672-690, 2009. Disponível em: <<http://www.estudiosenturismo.com.ar/PDF/v18n6a3.pdf>>. Acesso em: 25 out. 2015.
- TRENTIN, Fábila. **Turismo e Estratégias de Desenvolvimento Local: uma reflexão sobre as políticas difusionistas e territorialistas**. Turismo, espaço e estratégias de desenvolvimento local. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2012.122 p.
- VIEIRA, Aline Rodrigues Mendes. **Planejamento e políticas públicas de turismo: análise dos módulos operacionais do programa de regionalização do turismo no pólo São Luís–MA**. 2011. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília. Disponível em: <<http://repositorio.unb.br/handle/10482/9204>>. Acesso em 10 maio 2015.
- WANDERLEY, Henrique. **A percepção dos hóspedes quanto aos atributos oferecidos pelos hotéis voltados para o turismo de negócios na cidade de São Paulo**. 2004. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/3/3146/tde-15102004-134118/>>. Acesso em: 10 maio 2015.